



1  
2  
3  
4 **CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LONDRINA**  
5 **ATA DA 348ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE**  
6 **DE LONDRINA**

7 Aos vinte e três dias do mês de agosto de dois mil e vinte e três, às quinze horas, no  
8 auditório do Hospital Drº Eulalino Ignácio De Andrade (HZS), após a constatação do  
9 quórum mínimo necessário, reuniram-se os membros do Conselho Municipal de  
10 Saúde de Londrina para reunião extraordinária do CMS, tendo como pauta: 1.  
11 *Aprovação da Pauta da 348ª Reunião Ordinária do CMS*; 2. *Aprovação da Ata da*  
12 *347ª Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Saúde*; 3. *Apresentação da*  
13 *LOA/2024 -Lei Orçamentária Anual – Sandra Regina dos Santos Silva- Diretora de*  
14 *Gestão Financeira, Compras e Serviços*; 4. *Horário das Reuniões do Conselho*  
15 *Municipal de Saúde*; 5. *Relato da 17ª Conferência Nacional de Saúde*;  
16 *6.Apresentação da Diretoria de regulação- Dras – Dra Andreza* 7. *Informes.*  
17 **Rosilene Machado (SMS)**- presidente do CMS de Londrina, abre a reunião  
18 agradecendo a Comissão Executiva anterior pelo trabalho realizado e coloca a pauta  
19 do dia em discussão. O conselheiro **José Giuliangeli (CREFITO)** afirma que na  
20 347ª RO não houve tempo para discussão de dois pontos de pauta e eles ficaram  
21 para esta reunião vigente, então gostaria de saber se estes dois pontos pendentes  
22 foram pautados. Rosilene Machado explica que a pauta foi feita pela executiva  
23 anterior, como iria ocorrer a eleição, alguns assuntos ficaram para a reunião de  
24 setembro, aí precisaria ver na ata da executiva o que foi encaminhado, mas não está  
25 com ela no momento, mas vai se reunir com a executiva para ver os  
26 encaminhamentos. O conselheiro **José Giuliangeli (CREFITO)** coloca que um dos  
27 pontos pendentes é o relato da 17ª Conferência Nacional de Saúde. **Rosilene**  
28 **Machado (SMS)** esclarece que este assunto está pautado, assim como a questão  
29 da mudança do horário da reunião do CMS, os demais que não estão na pauta ficam  
30 para setembro. A conselheira **Rosalina Batista (ASSEMPA)** - coordenadora da  
31 Comissão de Saúde da Mulher-, diz que quando foi feita a apresentação do Relatório  
32 Anual de Gestão , a comissão decidiu fazer uma reunião para avaliar o índice da  
33 mortalidade infantil , se puder incluir um relato nesta pauta seria interessante, senão  
34 fica para a próxima reunião de setembro. **Rosilene Machado (SMS)** informa que o  
35 ponto de pauta nº 3 é LOA e não LDO. Rosilene pede a retirada do ponto de pauta  
36 nº 6, pois a Drª Andressa teve um problema particular de saúde na família e não  
37 poderá fazer a apresentação, diante disso, sugere que o ponto de pauta seja  
38 substituído por um relato das comissões do conselho sobre os trabalhos realizados  
39 durante o mês. **O plenário do CMS aprova a pauta com as alterações propostas.**  
40 **Rosilene Machado (SMS)** coloca em discussão a ata da 347ª Reunião Ordinária do  
41 CMS. **Não havendo questionamentos, o plenário aprova a ata com uma**  
42 **abstenção de voto.** Dando sequência aos trabalhos, o conselho passa a discutir a  
43 pauta “*Apresentação da LOA/2024 -Lei Orçamentária Anual*”. **Sandra Regina dos**  
44 **Santos Silva (SMS/DGFCS)** realiza a seguinte apresentação: [Apresentação LDO](#)

45 [2024.](#) O conselheiro **João Batista (CRP)** diz que das vezes que se discute  
46 orçamento, sempre se pensa numa certa porcentagem que aumenta em torno de  
47 10% de um ano para o outro, então não entendeu a que se refere o crescimento  
48 percentual mostrado no quadro 4. **Sandra Regina dos Santos Silva (SMS/DGFCS)**  
49 responde que se refere ao crescimento do orçamento da saúde de investimento  
50 municipal, por exemplo, em 2022 a PML arrecadou um bilhão , quinhentos e vinte e  
51 sete mil, duzentos e oitenta e três mil reais , desta arrecadação a PML é obrigada a  
52 aplicar pelo menos 15%, a prefeitura aplicou 25.91% no total de 395 milhões 527 mil  
53 reais, se em 2023 ela vai aplicar 422 milhões, este valor deverá ser 2.9% maior que  
54 o anterior, ou seja, o aumento é em relação ao ano anterior, então não é que  
55 recebeu muito mais dinheiro e sim que investiu muito mais. O conselheiro **João**  
56 **Batista (CRP)** questiona se a PML em 2024 vai aplicar 7,62% a mais que em 2023 e  
57 qual a margem ou a prática que se tem de orçamento, não poderia, por exemplo, ser  
58 9%. **Sandra Regina dos Santos Silva (SMS/DGFCS)** responde que sim, poderia  
59 ser até, por exemplo, 30%, se a arrecadação do município fosse maior , a previsão  
60 de arrecadação do município é de 1 bilhão e 893 mil, não se trata de inflação, a  
61 arrecadação do município é aquela prestação de contas feita no conselho há cada 4  
62 meses, aí tem as transferências constitucionais do estado e união, aí soma-se todos  
63 estes valores e com base no resultado é feito o índice do que vai ser aplicado na  
64 saúde, então até poderia aumentar a aplicação na saúde, mas outra ação do  
65 município seria descoberta, isso é algo que cabe a sociedade discutir, logo vai  
66 ocorrer a audiência pública para discutir a LOA, então espera que os conselheiros  
67 possam estar lá para este debate. O conselheiro **João Batista (CRP)** questiona o  
68 quadro 11 da apresentação, foi feita uma discussão no conselho sobre o plano anual  
69 e na ocasião foi definido pelo conselho que para 2024 estaria previsto a discussão  
70 de um CAPS, isso não está contemplado. **Sandra Regina dos Santos Silva**  
71 **(SMS/DGFCS)** que na ocasião foi discutido sobre a possibilidade de construção de  
72 um CAPS com recurso municipal, aí até explicou que isso não seria inteligente, pois  
73 a obrigação do município é com atenção básica e CAPS já é média complexidade, aí  
74 foi definido que o gestor deveria buscar recursos no estado e união para construção  
75 de um CAPS's, mas na lei orçamentária só vai aquilo que tem previsão de recurso,  
76 então não pode colocar uma despesa que não tem recurso previsto. O conselheiro  
77 **João Batista (CRP)** questiona se a proposta tivesse sido aprovada naquele  
78 momento ela estaria na LOA. **Sandra Regina dos Santos Silva (SMS/DGFCS)** que  
79 não entraria pois não tem dinheiro para isso, com qual recurso seria feita essa  
80 construção, por isso a SMS está buscando recurso para essa construção, mas  
81 enquanto não tiver recurso ele não pode entrar na LOA. O conselheiro **João Batista**  
82 **(CRP)** questiona de onde vieram os 2 milhões para UBS's. **Sandra Regina dos**  
83 **Santos Silva (SMS/DGFCS)** explica que a destinação do recurso é feita por quem  
84 deu o dinheiro, ou seja, já vem definido onde deverá ser utilizado. O conselheiro  
85 **Lincoln Ramos e Silva (Sindprevs)** diz que em relação ao item "Vigilância em  
86 Saúde", onde consta os subitens "Vigilância Epidemiológica" e "Vigilância Sanitária",  
87 a explicação da Sandra é as demais vigilâncias (ambiental e saúde do trabalhador)  
88 estariam dentro de "Vigilância Epidemiológica". A vigilância ambiental tem até um

89 subitem para garantir suas atividades, mas a de saúde do trabalhador não tem,  
90 deveria ter a subfunção das 4 vigilâncias, mas fica aí algo para ser discutido  
91 posteriormente. **Sandra Regina dos Santos Silva (SMS/DGFCS)** explica que a  
92 subfunção é uma questão orçamentária e não é municipal e sim nacional, a  
93 Secretaria do Tesouro Nacional é que define a organização do orçamento, ela que  
94 definiu as duas subfunções da vigilância e que a vigilância epidemiológica  
95 contempla as demais vigilâncias, por sua característica, já a vigilâncias sanitária tem  
96 a característica de poder de polícia e fiscalização, a Lei de Orçamento é boa e está  
97 vigente desde de 1964, depois veio a portaria que fez a divisão das funções e  
98 subfunções. O conselheiro **Lincoln Ramos e Silva (Sindprevs)** coloca que há 10  
99 anos o Ministério da Saúde tentou fazer alguns ajustes nestes subitens, pelo que  
100 pode ver não deu muito certo, uma das propostas era ter as 4 vigilâncias. Lincoln  
101 questiona que outro ponto é a reforma do prédio da DVS, algo que vem sendo  
102 pedido há muito tempo, foi uma promessa do secretário de fazer esta reforma ano  
103 passado, infelizmente não foi possível, e chamou a atenção que para 2024 também  
104 não há previsão, logo, gostaria de registrar novamente que é de suma importância  
105 desta ação e que se em algum momento houver captação de recurso estadual ou  
106 federal, que se pense neste espaço que está há muito tempo carecendo de auxílio.  
107 O conselheiro **Geder Harami Harami (CREF)** aponta que no orçamento geral há  
108 230 milhões para atenção básica e 600 milhões para a média e alta complexidade,  
109 então gostaria de pedir a mesa a sensibilidade para que neste próximo ano se tenha  
110 mais discussões frente à atenção básica no município de Londrina, visto que 80%  
111 dos atendimentos são feitos pela atenção básica, ou seja, ela tem menos da metade  
112 do recurso da média e alta complexidade, pelas atas do conselho dos últimos 2 anos  
113 foi discutido muito pouco atenção básica no CMS no sentido de promovê-la, sendo  
114 que dos 230 milhões, 80% é gasto com pessoal, então fica a importância do recurso  
115 humano na atenção básica e o fortalecimento deste recurso na saúde de Londrina, é  
116 preciso discutir mais e fortalecer a atenção básica em Londrina. **Sandra Regina dos**  
117 **Santos Silva (SMS/DGFCS)** responde que essa questão é muito discutida pela  
118 Comissão de Orçamento e Finanças, quando se olha o recurso próprio é possível  
119 observar que o município está tendo de levar muita coisa para a média e alta  
120 complexidade e a forma que está se trabalhando nos últimos anos tem prejudicado a  
121 atenção básica, por exemplo, cada vez que se abre uma UPA em um bairro, 3  
122 unidades básica vão sofrer por conta disso, pois é o mesmo recurso. O conselheiro  
123 **Geder Harami Harami (CREF)** afirma que a população Londrina comportaria até  
124 290 equipes de saúde da família, sendo que hoje são 88 equipes, e recursos  
125 humanos é a melhor forma de atender a população e evitar que ela adoença. O  
126 conselheiro **José Giuliangeli (CREFITO)** afirma que as equipes de saúde da família  
127 estão todas desestruturadas, as unidades de atenção primária não conseguem dar  
128 conta da cobertura dos territórios, então está se levando problemas para a média e  
129 alta complexidade que poderiam ter sido prevenidos na base, e o que preocupa é  
130 que ano após ano, o dinheiro está sendo repassado para a média e alta  
131 complexidade e para prestadores dar o suporte necessário para as pessoas que  
132 sofreram acidentes graves, e não se vê uma ação na base para diminuir este

133 número de acidentes de trânsito na cidade, não se vê uma ação organizada para  
134 reduzir o número de mortalidade de maneira eficiente na atenção primária, sendo  
135 que quando uma mulher é internada com uma eclâmpsia é ruim para o município  
136 porque o custo fica lá em cima no ambiente hospitalar, então o orçamento vai poder  
137 mudar a partir do momento em que as prioridades dos futuros governos tenha um  
138 olhar na promoção e prevenção, por exemplo, os ACS's e ACE's estão sucateados e  
139 não há previsão de concurso, então como vai suprir se não há previsão orçamentária  
140 para concurso, e já está definido que não pode contratar de forma emergencial ,  
141 então fica um problema grave sem orçamento, o que está claro é que infelizmente o  
142 ano de 2024 vai ter a mesma atenção primária dos últimos anos. O conselheiro  
143 **Laurito Lira (SEEB)** diz que volta a alertar novamente, apesar das pessoas falarem  
144 que não se pode discutir política aqui, é preciso sim discutir política, pois o estado  
145 está em disputa e os últimos anos temos visto avançar, a população pede cura e não  
146 saúde, o método curativo é um produto fácil de vender e é fácil para a população  
147 ver, é construir mais hospitais, colocar mais leitos , é ter mais remédio para usar  
148 como no caso da saúde mental, é ter alguém para dar o remédio e não para  
149 promover ações de promoção da saúde, portanto, é preciso de apropriar mais disse  
150 e discutir melhor estas questões, lembrando que foi aprovado o novo arcabouço  
151 fiscal e muita coisa que garantia o financiamento do SUS não tem mais garantia para  
152 os próximos anos, o novo financiamento do SUS vai cair nas costas do município,  
153 mas e o papel do estado e da união, sendo que esta última não coloca a mão no  
154 bolso há muito tempo, e não quer discutir nem a tabela, tanto que está sendo feito  
155 um esforço enorme para tentar conversar os deputados sobre a tabela do SUS, mas  
156 agora como vai ficar isso com o novo arcabouço fiscal, então é preciso discutir sim  
157 política no CMS e garantir saúde de fato para a população. A presidente **Rosilene**  
158 **Machado** agradece a contribuição de todos e diz que o CMS tem muito a trabalhar,  
159 debater assuntos e talvez tirar algumas outras formas de atuar, se está difícil algum  
160 tipo de construção como o CAPS, será que não teria outro jeito, é preciso fazer esta  
161 reflexão, tentar diminuir os impactos na atenção básica, quem sabe não haja outra  
162 forma de trabalhar e ao mesmo tempo continuar buscando recursos financeiro para  
163 aquilo que o conselho entende ser necessário. O conselheiro **José Giuliangeli**  
164 **(CREFITO)** diz que não há nada na apresentação sobre construção de UBS na  
165 região do Jardim União da Vitória, pois é uma região que cresceu muito. A diretora  
166 **Rosilene Machado** responde que há uma previsão de reforma e ampliação da UBS  
167 União , além do pronto atendimento da região sul que fica lá perto. Continuando com  
168 os trabalhos o conselho passa a discutir a pauta "*Horário das Reuniões do Conselho*  
169 *Municipal de Saúde*". O conselheiro **José Giuliangeli (CREFITO)** diz que tendo em  
170 vista a dificuldade de participação dos trabalhadores e até mesmo de alguns  
171 usuários nas reuniões do CMS, gostaria de sugerir ao conselho que realizasse as  
172 reuniões a noite ou nos fins de semana, do contrário, não vai se permitir a  
173 participação de pessoas que tem preocupação com a cidade, mas não podem estar  
174 presentes na reunião devido ao trabalho, sendo que essa realidade é para quase  
175 todas as pessoas e famílias, pois quem está em idade produtiva não tem como se  
176 ausentar do trabalho e serem liberadas para participar, a não ser que as leis fossem

177 cumpridas e não houvesse violações às leis federais que amparam a participação de  
178 qualquer pessoa dentro de um conselho municipal, mas infelizmente não é assim  
179 que se procede em vários níveis do poder, que infelizmente consideram que a  
180 participação em conselhos um prejuízo ao que é público e não algo que seja de fato  
181 grandioso para a evolução da humanidade, por isso sugere a esta plenária um  
182 estudo para que as reuniões sejam em um horário que a comunidade possa  
183 participar. A conselheira **Rosalina Batista (ASSEMPA)** diz que participou das  
184 reuniões do CMS quando era a noite e para o segmento usuário era muito difícil,  
185 pois a pauta é sempre extensa e terminava muito tarde, sendo que nem todo mundo  
186 tem carro para ir nas reuniões, muito usam transporte coletivo, então é preciso um  
187 meio termo para que não haja prejuízo, se colocar a noite seja melhor para alguns  
188 participarem, mas para outros não, então isso tem de ser ponderado. O conselheiro  
189 **Edvaldo Viana** afirma concordar com a conselheira Rosalina e complementa sua  
190 fala questionando como ficaria a questão daqueles que participam pela SMS para  
191 responder os questionamentos, seria pago horas extras para eles, como ficaria a  
192 questão, e, ainda, no caso das mulheres, muitas têm de fazer jantar para os maridos  
193 e filhos, têm de buscar crianças nas escolas, então é outro motivo pelo qual acha  
194 inviável fazer as reuniões a noite, os homens sempre deixam tudo para as mulheres  
195 fazer, então tem de ver o trabalho delas, a mulher tem de fazer janta, lavar roupa,  
196 buscar as crianças, entre outras coisas, então iria ocorrer um grande esvaziamento  
197 das mulheres nas reuniões do CMS. A conselheira **Luciana Toshie Sumiwaga**  
198 **(APP Sindicato)** diz que solidariza com a fala do Zezinho, pois está sentindo muita  
199 dificuldade nesta questão, já que o titular de sua entidade é funcionário de escola  
200 estadual e, legalmente, mesmo com toda lei federal e municipal, não há amparo  
201 estadual para que ele possa negociar com segurança com a direção de sua escola  
202 a participação nas atividades do CMS, já que ocorrem no horário de seu trabalho,  
203 apesar de todo interesse que ele tem em participar do CMS, e como sua suplente  
204 está garantindo a participação para que a entidade não perca sua vaga e continuar  
205 debatendo e ajudando nos encaminhamentos, tanto nas reuniões quanto nas  
206 comissões, pois sabe da importância do serviço público, então é preciso que as  
207 pessoas tenham condições de participar das reuniões do CMS e assim ampliar o  
208 debate. A conselheira **Luciana Toshie Sumiwaga (APP Sindicato)** propõe que as  
209 reuniões ocorram de modo alternado, um mês de noite, no outro de tarde, outro em  
210 fins de semana, ou seja, uma alternância, mesmo porque no dia da posse foi falado  
211 sobre a importância da participação dos novos conselheiros e a manutenção dos  
212 mais antigos e ampliação de debate e participação, logo, é preciso dar condições  
213 para que isso aconteça. O conselheiro **Lincoln Ramos e Silva (Sindprevs)** diz que  
214 é preciso achar um equilíbrio e por isso gostou da fala da Luciana, neste momento é  
215 preciso fazer alguns experimentos para ver se dá certo e não mudar simplesmente,  
216 pois isso pode dar prejuízo ao conselho, vale a pena fazer alguns experimentos e  
217 marcar uma das reuniões a noite e avaliar, fim de semana já entende ser  
218 complicado, lembrando que a mudança demanda uma série de coisas e não é só  
219 mudar para noite, tem de ter local, equipamento disponível, uma série de coisas,  
220 mas nada impede fazer um experimento e avaliar posteriormente se deu certo. A

221 conselheira **Nadya Pelizzari (CRP)** entende ser legítima a fala do Zezinho, pois não  
222 se trata de escolha, é preciso que se tenha profissionais que trabalham na ponta  
223 participando das discussões, colaborando com sugestões e dando seu ponto de  
224 vista, é um desperdício não ter essas pessoas na reuniões, inclusive vê isso na  
225 dificuldade dos psicólogos em participar das reuniões, é psicóloga e consegue a  
226 liberação do seu trabalho, mas, mesmo que não tivesse e se organizasse para  
227 comparecer, estaria desfalcando em algum momento a sua família, seu momento de  
228 lazer, não que seja seu trabalho ficar fazendo comida e dona de casa, mas entende  
229 que cada um que está aqui é voluntário, portanto, é preciso essa compreensão,  
230 talvez uma mudança de horário ou pensar num revezamento, cabendo a gestão se  
231 organizar para que os diretores possam participar, até entende o lado da  
232 controladoria que se posicionou de forma contrária a solicitação do Zezinho, mas  
233 isso não pode ser a última palavra e deve-se pensar em outras possibilidades. O  
234 conselheiro **Laurito Porto (SEEB)** reforça sua fala quanto a necessidade de  
235 articulação política, pois não é um problema exclusivo do CMS de Londrina, mas de  
236 outros conselhos e outros municípios, quiçá até do CES e CNS, pois quem trabalha  
237 dificilmente é liberado, pois o amparo legal para ter liberação é por meio de acordo,  
238 na convenção coletiva do SEEB, por exemplo, foi acordado 5 dias de liberação,  
239 sendo que o conselho tem ao menos 12 reuniões, ou seja, faltam sete, então se não  
240 for um diretor liberar do sindicato não tem como o trabalhador bancário ser  
241 representado no CMS, então é preciso um movimento no sentido de garantir um  
242 amparo legal para que os trabalhadores possam participar, não apenas os do  
243 município, mas da iniciativa privada e também os prestadores, sendo que reuniões  
244 de noite e fins de semana pode dificultar a participação deles. A conselheira **Cirlete**  
245 **Marcondes de Oliveira Pelegrinelli ( Pastoral da Saúde)** se mostra contrária a  
246 reuniões no fins de semana, como mãe e esposa coloca sua família em primeiro  
247 lugar, além de suas atividades com a igreja, então ou continua a tarde ou faz de  
248 noite e deve-se brigar para que os trabalhadores possam participar. O conselheiro  
249 **José Giuliangeli (CREFITO)** diz que em relação a fala da conselheira Rosalina, a  
250 SMS tem uma estrutura de transporte, então se houver deslocamento noturno o  
251 município tem essa estrutura, tem ônibus, micro-ônibus, e, salvo engano, é papel  
252 da gestão dar o suporte necessário para o CMS, ou será que está enganado quanto  
253 a isso, logo, se for definido que as reuniões serão a noite, basta identificar as  
254 pessoas que não tem transporte, fazer uma comunicação prévia e com isso fazer o  
255 deslocamento seguro destas pessoas. Outro ponto preocupante é a falta de  
256 acessibilidade nos prédios públicos da cidade de Londrina, esse local não tem a  
257 estrutura de acessibilidade adequada, apesar de o elevador ele não tem a estrutura  
258 adequada de acessibilidade, então é preciso rever algumas coisas imediatamente, a  
259 questão da acessibilidade, lembrando que a reunião do conselho é apenas uma vez  
260 no mês, no máximo duas contando com as comissões, apenas um dia a pessoa  
261 poder participar no período da noite para que haja a inclusão, é algo muito forte, não  
262 tem mais como viver um mundo segregado sem inclusão, a SMS tem de dar suporte  
263 para a base de dados, estrutura tecnológica, suporte de informática, inclusive já foi  
264 discutido na Comissão de Acesso ao SUS a possibilidade de transmissão das

265 reuniões no YouTube para que a comunidade possa participar, e, vai além, que a  
266 PML pague horas extras aos diretores que participarem das reuniões e prestem  
267 satisfação e façam suas apresentações. O conselheiro **José Giuliangeli (CREFITO)**  
268 finaliza dizendo que não sabe se é o momento de votar uma decisão como essa,  
269 talvez possa ficar na mão da mesa analisar uma forma ideal para isso, mas se  
270 quiserem votar que o plenário decida, mas a inclusão deve ser o olhar de quem  
271 realmente pensa numa vida melhor, aqueles que não quiserem a participação das  
272 pessoas a noite estão defendendo uma pauta que não é de inclusão, pois todo  
273 mundo trabalha e precisa produzir, sendo que uma vez por mês não vai prejudicar  
274 ninguém. O conselheiro **Laurito Porto (SEEB)** pede questão de encaminhamento e  
275 diz que fazer votação no momento sobre troca ou não de horário das reuniões é  
276 inviável, pois se coloca na situação de quem trabalha e está aqui como prestador ou  
277 representando a gestão, eles têm de fazer o debate lá em suas instituições se há a  
278 possibilidade, não adianta votar no CMS para a noite e depois lá na empresa não  
279 houver liberação, por isso, sugere que os conselheiros primeiro conversem em seus  
280 fóruns e veja se há possibilidade de troca para noite, depois trazer isso para a  
281 executiva e para votação na plenária. O conselheiro **Edvaldo Viana (CONLESTE)**  
282 afirma que primeiro é preciso votar se a plenária quer ou não fazer o estudo sobre a  
283 mudança de horário das reuniões, pois ela pode decidir manter do jeito que está. O  
284 conselheiro Lincoln Ramos (SINDPREVS) diz que o CMS não precisa decidir nada  
285 agora, então colocar aqui se vai mudar ou não inviabilizaria o bom debate , isso é  
286 ruim para todo mundo, cada segmento tem autonomia para fazer a sua própria  
287 discussão, ver qual é a realidade, ver o que precisa, depois trazer para o conselho, a  
288 SMS também precisa fazer levantamentos de transporte, local, logística, segurança,  
289 uma série de outras coisas, então que seja feito este exercício primeiro e depois a  
290 votação do sim ou não. O conselheiro **Edvaldo Viana (CONLESTE)** questiona que  
291 na pauta não fala nada sobre fazer estudo para possível mudança no horário das  
292 reuniões, então ou se retira da pauta ou já faz a votação se o conselho quer mudar o  
293 horário das reuniões ou não. A presidente **Rosilene Machado (SMS)** propõe duas  
294 votações: primeiro se coloca em votação o assunto hoje, se for votar faz essa opção  
295 se deixa como está ou alterna ou faz estudo, na pauta não fala nada de aprovação.  
296 O conselheiro **José Giuliangeli (CREFITO)** solicita a retirada dessa pauta que  
297 colocou na reunião, por uma questão de inclusão entende que o tema não é  
298 relevante diante do debate que está ocorrendo, então gostaria que o assunto fosse  
299 retirado da pauta pela mesa. O conselheiro **Laurito Porto (SEEB)** pede que o  
300 assunto seja mantido na pauta e concorda com o encaminhamento da Rosilene. O  
301 conselheiro Reilly Miranda (HZN) propõe o seguinte encaminhamento: primeiro fazer  
302 uma votação se a plenária entende que isso deve ser decidido hoje ou é preciso  
303 fazer um estudo, se a plenária entender que deve ser votado agora abre-se uma  
304 segunda votação sobre mudar o horário ou não. O conselheiro Lincoln Ramos  
305 esclarece que o Zezinho pediu questão de ordem e a retirada da pauta, é um direito  
306 dele, o Laurito pediu outra questão de ordem para manter na pauta o assunto, então  
307 a primeira decisão é essa. **Com 17 votos favoráveis o CMS aprova a manutenção**  
308 **do assunto na pauta.** Na sequência é colocado em votação a proposta de se fazer

309 ou não um estudo para mudança de horário, se o sim ganhar será feito estudo, se o  
310 não vencer mantêm-se as reuniões no horário atual. **Após votação, 11**  
311 **conselheiros votaram pela realização do estudo para mudança de horário e 13**  
312 **votaram de forma contrária à realização do estudo e para que as reuniões**  
313 **continuem no horário padrão. O conselheiro João Batista se absteve do voto.**  
314 Dando sequência aos trabalhos, o conselho passa ao ponto de pauta “Relato da 17ª  
315 Conferência Nacional de Saúde”. O conselheiro **José Giuliangeli (CREFITO)** inicia  
316 dizendo que não podia deixar de fazer um relato do que ocorreu em Brasília, há  
317 pouco acabou de se feita uma votação sobre uma questão muito importante, que é a  
318 participação e inclusão das pessoas que não podem estar no conselho por motivo de  
319 trabalho, forçam as pessoas a não estarem presentes, inclusive no momento o  
320 quórum está reduzido a 24 conselheiros. Ocorre que em Brasília houve inúmeros  
321 flagrantes de violação de direitos, começou com a passagem que foi comprada na  
322 cidade de Maringá para uma pessoa como o senhor Manoel que tem mais de 80  
323 anos, ele chegou a passar mal no aeroporto de Guarulhos porque teve de ficar o dia  
324 todo dentro do mesmo. O governo do estado comprou as passagens com um dia de  
325 atraso, fazendo com que a comitiva do Paraná perdesse o primeiro dia do evento.  
326 Outra questão é que ficaram hospedados em um hotel contratado de última hora e  
327 que não tinha mínima condição de acessibilidade, com vários problemas internos de  
328 perigos às pessoas, que além disso ficava muito longe do local da conferência.  
329 Dentro da plenária da conferência, que o tema era “amanhã será outro dia”, ocorreu  
330 um absoluto boicote das pessoas que foram contratadas para dar um apoio de  
331 logística para a conferência nacional, e houve ainda pessoas com problemas  
332 gástricos no evento, entre outros problemas. **Giuliangeli** prossegue e afirma que o  
333 CMS tem de ficar a par do que houve em Brasília, precisa elaborar algum  
334 documento pontuando o que aconteceu, e baseado nisso e no que houve no que diz  
335 respeito até o transporte , pois para conseguir chegar a Maringá, já que o carro da  
336 17ª RS quebrou, acabou tendo de pagar um Uber até Maringá para poder embarcar  
337 no avião, já que não cabia todo mundo dentro da caminhonete que levaria a  
338 Maringá, pois onde cabem 5 não tem como ir 7 pessoas, então foi algo bem sério.  
339 No retorno o último dia do evento foi perdido e não foi possível participar da plenária  
340 final, então ocorreu tudo isso e ninguém aqui merece passar por tudo isso de  
341 constrangimento, e esses são os relatos que presenciou, fora a falta de condições  
342 de acessibilidade do local, sem piso tátil para deficientes visuais , o restaurante não  
343 tinha atendimento adequado para pessoas com deficiência, e, acima de tudo, o  
344 problema da logística, pois foi muito complicado se deslocar do Centro de  
345 Convenções Internacionais de Brasília para o hotel, isso é algo que tem de ficar  
346 registrado na ata do CMS, do contrário, jamais será possível evoluir para uma  
347 política que seja antidiscriminação ,antirracista, anticapacitista, que não seja algo  
348 que exclua as mulheres, exclua quem quer que seja. A conselheira **Joelma**  
349 **Carvalho (17ª RS)** diz concordar em parte com a fala do Zezinho, já participou de  
350 várias conferências e nunca foi tão maltratada como nesta conferência nacional, foi  
351 bastante difícil, os hotéis estavam reservados para a delegação do Paraná, mas as  
352 pessoas chegavam e não tinha hotel, acabaram ficando até as 03h00 da manhã

353 para resolver a questão na noite de domingo para segunda, sendo que na segunda  
354 durante o dia continuaram resolvendo problemas de hotel para colocar todo mundo  
355 do Paraná. Em relação a compra de passagens, o estado era o responsável e  
356 demorou para elas serem compradas, pois havia uma resolução do governo do  
357 estado de que não poderia comprar passagens apenas para funcionários e para  
358 conselheiros, e aí como era prerrogativa delegados, deu muito trabalho para a PGE  
359 resolver isso e comprar as passagens, já que eram conselheiros e na prerrogativa  
360 eram 150 delegados do Paraná, e aí a empresa que assumiu teve esses problemas,  
361 a preocupação enquanto 17ª RS foi a de viabilizar o transporte para as pessoas que  
362 iriam pegar o transporte em Maringá e não tinha como fazer a troca, foi a empresa  
363 que comprou e não teve como, mas no domingo de manhã uma delegada ligou  
364 avisando que tinha dado problema no transporte que ia levar até Maringá para pegar  
365 o voo e que o Zezinho já estava indo de Uber junto com seu acompanhante, aí foi  
366 providenciado um carro para levar os outros que restavam, inclusive questionou  
367 porque eles tinham ido de Uber e quem iria pagar isso, foi essa sua preocupação na  
368 hora, porque a Cidinha que ligou avisando do ocorrido é funcionária do HU e do  
369 estado , portanto, poderia ter pegado um táxi gov no nome dela e mandado o  
370 Zezinho e seu acompanhante , já que para isso tem recurso, mas quando ela ligou  
371 ele já tinha ido de Uber, sendo que não tem como o estado arcar com a despesa de  
372 um Uber e pagar para quem não é funcionário, teria de um servidor do estado ter  
373 assumido, se tivessem ligado antes teria sugerido isso e tudo seria resolvido, então  
374 foi isso aconteceu, foi feita toda uma logística com responsabilidade, não se manda  
375 delegados de qualquer jeito em hipótese alguma, mas essa situação relatada fugiu  
376 do controle, por isso disse que concorda em parte com o que o Zezinho relatou, até  
377 conversou com ele em Brasília e disse que não tinha como pagar a despesa dele  
378 mesmo com ele apresentando o recibo, já que o estado não iria pagar para que não  
379 é funcionário. O conselheiro **Lincoln Ramos (Sindprevs)** afirma que um  
380 representante do SINDPREVS relatou os mesmos problemas citados pelos  
381 conselheiros, portanto, propõe que o CMS faça um documento para o CES e CNS  
382 relatando os problemas e recomendando o cuidado com essas questões, já que na  
383 própria ficha de inscrição da conferência há um campo para preenchimento caso a  
384 pessoa tenha a necessidade de algum cuidado especial, algo que pressupõe que  
385 deveria ter sido atendido e ao que parece não foi respeitado. O conselheiro **Jurandir**  
386 **Rosa Pinto** diz que por esse relato fica claro porque não queriam que fosse a  
387 Brasília e acabaram o boicotando em Curitiba. No caso do Zezinho ele foi boicotado  
388 também, se não tivesse levantado isso na inauguração da UBS Interlagos e falado  
389 com a Joelma e ela resolvido o problema do Zezinho e seu acompanhante, e aí ficou  
390 monitorando tudo que aconteceu em Brasília , e tem de bater palma para a Joelma  
391 por ter dado toda a assistência para quem foi no evento, teve pessoas que era 3 da  
392 madrugada e ainda não tinha quarto no hotel, chegaram em Brasília e ficaram  
393 perdidos e aí avisaram aqui, mas tem gente aqui, principalmente dos usuários, que  
394 faz parte do sistema , mas não corresponde há muito tempo, só querem ver o lado  
395 deles, a viagem deles e lá na conferência vão fazer conchavos para ajeitar os  
396 delegados da região para irem a Brasília, mas está tudo errado, é preciso ser

397 bairrista e defender Londrina e região, por isso está lutando para melhorar todo o  
398 sistema do conselho e melhorar o relacionamento com os 21 municípios da região,  
399 pois a 17ª RS vai ter muito mais força para antecipar tudo isso e não acontecer essa  
400 palhaçada de um ter de ir para Maringá, outro chegar de manhã em São Paulo e  
401 embarcar apenas a tarde para Brasília, se houvesse um grupo que relatasse tudo  
402 que ocorreu iriam ficar sabendo de mais coisas e teriam mais facilidade para lutar  
403 para que isso não ocorra mais em nenhuma conferência, mas isso não acontecesse  
404 aqui, é grupinho daqui, grupinho dali, quando é na hora da bronca eles aparecem, na  
405 hora do “vamos ver” é só eles, pois churrasco é com eles e “pau” com é a gente. A  
406 presidente **Rosilene Machado** propõe um encaminhamento de ofício ao CES e  
407 CNS, relatando as dificuldades enfrentadas pelos delegados quanto à  
408 acessibilidade, alimentação, transporte e hospedagem. **O CMS aprova o**  
409 **encaminhamento**. Na sequência o conselho passa ao ponto de pauta: Relato das  
410 Comissões. A conselheira Rosalina Batista (ASSEMPA) - coordenadora da  
411 Comissão de Saúde da Mulher-, relata que a comissão já fez duas reuniões para  
412 avaliar a questão da mortalidade materno infantil. A conselheira Rubia Isaltina  
413 Gomes dos Santos (HEL)- relatora da Comissão de Saúde da Mulher- informa que  
414 a primeira reunião ocorreu dia 26/07, a Michelli esteve presente e falou do RAG e  
415 dos principais motivos de mortalidade materno infantil em Londrina, destacou ainda  
416 os principais motivos que é a classificação da demora, sendo a demora 1  
417 relacionada a busca da própria gestante e a demora 2 que está relacionada ao  
418 acesso ao serviço de saúde. Foi exposto ainda os dados do 1º quadrimestre de  
419 2023 está 12, ou seja, acima da meta de 9.9, diante disso, para a reunião de agosto  
420 foi convidado representantes das maternidades de Londrina e também do grupo  
421 condutor materno infantil, onde foi apresentado o fluxo das gestantes na rede e as  
422 principais dificuldades enfrentadas, o Cleiton participou representando a regulação,  
423 foi falado sobre o fluxo obstétrico pediátrico que foi criado junto com a regional de  
424 saúde, regulação e maternidades para regulação da microrregião, esse documento  
425 está prestes a ser aprovado e divulgado e será aplicado para todos os serviços de  
426 saúde da região. A conselheira Rosalina Batista informa que a comissão pautou para  
427 a próxima reunião o assunto da regulação e a demora para o procedimento de  
428 laqueadura, devido ao número de mulheres grávidas idosas e a lista de espera para  
429 fazer a laqueadura ser de três anos, além de encaminhamento de elaboração de  
430 material pela educação permanente para busca das mulheres que não estão  
431 fazendo pré-natal, além de mortalidade materno infantil e a questão da morte fetal e  
432 o atestado de óbito. Rosalina finaliza elogiando a profissional Michele, que fez uma  
433 ótima apresentação. O conselheiro **Edvaldo Viana** pede que a comissão faça um  
434 levantamento dos exames preventivos nas UBS's. O conselheiro **Lincoln Ramos**  
435 coloca que não há fila para fazer vasectomia, então poderia ser feita uma campanha  
436 neste sentido. **(Problemas na gravação)**. A conselheira **Lázara Resende** -  
437 coordenadora da Comuniaids-, diz que a comissão tem se reunido mensalmente, já  
438 há uma proposta de trabalho para campanhas em vários eventos, pois a população  
439 precisa se conscientizar sobre HIV, o que é preciso são dados mais confiáveis para  
440 traçar uma linha de trabalho mais clara. O conselheiro José Giuliangeli informa que a

441 CIST se reuniu e foi discutida a questão que o NAST tem prazo para acabar, pois  
442 até dezembro não vai ter mais ninguém lá e o governo vai ter de se movimentar para  
443 substituir os profissionais que vão se aposentar. Giuliangeli coloca que a comissão  
444 discutiu também a questão da necessidade de capacitar as unidades de atenção  
445 primária na identificação dos agravos de doenças do trabalho e necessidade de uma  
446 cota mínima para solicitação de ultrassonografia e RX nos serviços de atenção  
447 primária. Foi comentado ainda que o recurso fica no estado e não vai para o  
448 município, então é preciso pactuar com a regional como isso vai ser custeado.  
449 Giuliangeli finaliza dizendo que na atenção primária tem muitos médicos  
450 especialistas em saúde do trabalho, mas não em saúde da família, então tem de ter  
451 o viés para essa modificação compulsória dos agravos e assim poder fazer as  
452 cobranças. **Falha na gravação da fala da conselheira Sônia Silva (UGT).** A  
453 conselheira Joelma Carvalho finalizou a apresentação das comissões relatando o  
454 módulo I da “Oficina de Capacitação de Conselheiros”, promovida pela educação  
455 permanente, na sala do SINDPREVS-PR, e informou que o próximo módulo vai  
456 ocorrer no dia 13/09. **Falha na gravação.** Não havendo mais assuntos a reunião é  
457 encerrada. **Estiveram presentes os seguintes conselheiros:** *Carlos Felipe*  
458 *Machado (SMS), Rosilene Aparecida Machado (SMS), Joelma Aparecida de*  
459 *Carvalho (17ª RS), Pilar Nadir Soldório (Sindserv), Lincoln Ramos e Silva*  
460 *(Sindprevs), Alessandro Luis Rodrigues (Sindsaúde), José Giuliangeli de Castro*  
461 *(CREFITO), João Batista Martins (CRP), Nadya Christiane Silveira Pellizzari (CRP),*  
462 *Cristiane de Godoy Zimmer (CRESS), Ana Paula Gracindo (CRESS), Geder Harami*  
463 *Harami (CREF), Rubia Isaltina Gomes dos Santos (HEL), Leidiane dos Santos Mian,*  
464 *Adelson Pereira dos Santos Júnior (Hospital Vida), Ana Paula Cantelmo Luz*  
465 *(ISCAL), Rita de Cássia Domansky (HU), Reilly Miranda Lopes (HZN). Geraldo*  
466 *Junior Guilherme (HZS), Edvaldo Viana (Conleste), Marco Antônio Butarello*  
467 *(Conleste), Vaine Teresinha Pizolotto (FECAMPAR), Ana Paula Nunes Viotto*  
468 *(FECAMPAR), Cirlete Marcondes de Oliveira Pelegrinelli ( Pastoral da Saúde),*  
469 *Fansley Cristina Silva (AUETO), Rosalina Batista (ASSEMPA), Vavá (Consaslon),*  
470 *Adriane Aparecida Loper (Consaslon), Luciana Toshie Sumiwaga (APP Sindicato),*  
471 *Eunice Tieko Miyamoto (CUT), Carlos Choki Kotinda (CUT), Laurito Porto de Lira*  
472 *Filho (SEEB), Jurandir Pinto Rosa (Sindinapi), Arvelino Gomes de Barros (Sindnapi),*  
473 *Angelo Barreiros (UNIMOL), Custódio Rodrigues do Amaral (UNIMOL), Gislaine Dias*  
474 *Elias (AMICAS), Sônia Maria de Oliveira (UGT). **Conselheiros que justificaram***  
475 **ausência:** *Maria Lúcia da Silva Lopes (17ª RS), Marco Antônio Modesto (Sindserv),*  
476 *Nobuaqui Hasegawa (Hoftalon), Vivian Biazon El Reda Feijó (HU), Ester Massae*  
477 *Dalla Costa (CRF), Lázara Regina Resende (CRO). **Conselheiros ausentes:** Luis*  
478 *Alfredo Gonçalves (Sindprevs), Roberto da Silva Rodrigues (Sindsaúde), Manoela*  
479 *Germinari Pessoa (HCL), José Aparecido dos Santos (Pastoral da Saúde), Isabela*  
480 *Cunha (AUETO), Luzia Cristina Sampaio (Ausente), Thiago Telles Gonçalves (App*  
481 *Sindicato) Marcelo Alves Seabra (Ausente), Oranide Vallez Pires (Ausente), Regina*  
482 *Ferreira de Souza (SEEB), Sandra Maria de Souza (AMICAS), Jonathas Dias de*  
483 *Moura (UGT). Esta ata foi digitada pelo servidor Anderson Luiz Oliveira Silva,*

484 revisada pela secretária Sandra Bavia e após a aprovação será assinada pela  
485 presidente Rosilene Machado.

486



Rosilene Machado

Presidente do Conselho Municipal de Saúde de Londrina

487